

## ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2016/2017

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ000701/2017  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 04/05/2017  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR077991/2016  
NÚMERO DO PROCESSO: 46215.001027/2017-51  
DATA DO PROTOCOLO: 26/01/2017

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

LAR IRMAO FRANCISCO, CNPJ n. 33.701.004/0001-56, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). SUELY SARABANDA VERNIERI LOPES ;

E

SINDICATO AUX ADM ESCOLAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ n. 31.249.428/0001-04, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ELLES CARNEIRO PEREIRA;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de maio de 2016 a 30 de abril de 2017 e a data-base da categoria em 01º de maio.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **dos Auxiliares de Administração Escolar**, com abrangência territorial em **Rio de Janeiro/RJ**.

## SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PISO SALARIAL

Ficam estabelecidos os seguintes pisos salariais que passam a vigorar a partir de 01 de maio de 2016 conforme abaixo descritos:

- a) Recreadores - R\$ 964,31 (novecentos e sessenta e quatro reais e trinta e um centavos), com carga horária 06 (seis) horas;
- b) Auxiliar de creche, lactarista e cozinheira - R\$ 894,02 (oitocentos e noventa e quatro reais e dois centavos), com carga horária 06 (seis) horas; respeitado do salário mínimo nacional;
- c) Auxiliar de Serviços Gerais - R\$ 976,39 (novecentos e setenta e seis reais e trinta e nove centavos), com carga horária 08 (oito) horas diárias ou escala 12/36 horas.

## REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

### CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE

Os salários dos auxiliares de administração escolar, deverão ser reajustados a partir de 1º de maio de 2016, pelo percentual de 9,83% (nove, oitenta e três por cento) sobre os salários legalmente devidos em 1º de maio de 2015.

Parágrafo Único – autorizando a compensação de reajustes espontâneos concedidos no período de

Parágrafo Único - autorizando a compensação de reajustes espontâneos concedidos no período de 01/05/2015 a 30/04/2016.

## **PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS**

### **CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO DO SALÁRIO**

O pagamento dos salários deverá ser efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte.

Parágrafo Único - No caso de atraso no pagamento, fica estipulada a multa de 1% (um por cento) ao dia pela mora, revertendo esta a favor do empregado prejudicado.

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO**

### **CLÁUSULA SEXTA - DO DIFERENCIAL DE CHEFIA**

Os empregados que exercem funções de chefia, farão jus a um percentual que os diferencie dos subordinados.

## **ADICIONAL NOTURNO**

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO ADICIONAL NOTURNO**

A remuneração do trabalho noturno será acrescida adicional de 20% (vinte por cento), para fins do art. 73 da CLT e seus parágrafos.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO/DESVIO DE FUNÇÃO**

### **CLÁUSULA OITAVA - DO DESVIO DE FUNÇÃO**

Em caso de ausência de recreadora, não poderá a mesma ser substituída em suas funções por serventes ou cozinheiras.

Parágrafo Único - Não poderá a recreadora ser obrigada a realizar serviços de limpeza, de cozinha ou outra função que não seja a de atribuição exclusiva da sua função.

## **ESTABILIDADE APOSENTADORIA**

### **CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DA APOSENTADORIA**

Fica assegurada a estabilidade provisória de 12 (doze) meses imediatamente anteriores à aquisição do direito a qualquer tipo de aposentadoria, para os empregados que mantiverem o contrato de trabalho com a mesma entidade/empresa pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos ininterruptos.

## **OUTRAS ESTABILIDADES**

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DO EMPREGO AO ACIDENTADO**

O empregado que sofrer acidente no trabalho terá garantido, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, o

seu contrato de trabalho, após a cessação do auxílio-doença acidentário.

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA HORA EXTRA**

As entidades/empresas remunerarão as duas primeiras horas extras de segunda a sexta-feira com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), as demais em 100% (cem por cento), inclusive, sábados, domingos e feriados, limitadas ao máximo de 2 (duas) horas diárias.

Parágrafo Primeiro - As horas extras por ventura existentes poderão ser compensadas com respectiva folga, no prazo máximo de 06 (seis) meses após o evento.

Parágrafo Segundo – Em havendo rescisão do contrato de trabalho e possuindo o empregado crédito de horas extras a serem compensadas, as mesmas deverão ser indenizadas no ato da homologação do distrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ESCALA DE TRABALHO**

Fica facultado ao empregador instituir horário de trabalho em regime de plantões, com escala de 12 x 36 (doze por trinta e seis) horas, neles compreendidos os períodos de refeições. Os empregados que trabalharem em tal regime, baterão os respectivos cartões de ponto tão somente na entrada e saída dos plantões.

Parágrafo Único - As faltas aos plantões corresponderão ao desconto do dia faltado e o dia de repouso seguinte.

## **FALTAS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO DIA DO AUXILAR DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR**

Fica instituído o dia 15 de outubro como data consagrada ao auxiliar de administração escolar, sendo vedado o trabalho dos mesmos, neste dia.

## **JORNADAS ESPECIAIS (MULHERES, MENORES, ESTUDANTES)**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PROVAS ESCOLARES**

Os empregados estudantes ficarão dispensados do trabalho duas horas antes do término do seu horário, sem prejuízo de seus direitos e vantagens desde que apresentem comunicação por escrito à empresa, até 72 (setenta e duas) horas antes de cada prova. Esse direito só é válido para empregados que estiverem cursando escola regular de 1º, 2º e 3º graus, e que trabalharem em período integral, ou seja, 8 (oito) horas por dia.

## **FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO INÍCIO DO GOZO DE FÉRIAS**

O início das férias individuais ou coletivas não poderão coincidir com sábados, domingos, feriados ou já compensados, devendo ser fixado a partir do primeiro dia útil da semana, quando possível, exceto nos casos de plantonistas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO PAGAMENTO DAS FÉRIAS**

O pagamento das férias, deverá se efetivar 48 (quarenta e oito) horas antes do início do gozo das mesmas.

## **LICENÇA REMUNERADA**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA LICENÇA DE GALA**

Fica estabelecido que a licença para casamento de empregados, integrantes da categoria, são de 3(três) dias consecutivos, excetuados sábados, domingos e feriados.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LICENÇA A PATERNIDADE**

As entidades/empresas concederão aos seus empregados por ocasião do nascimento dos filhos, licença paternidade conforme o determinado na legislação em vigor.

## **RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO A INFORMAÇÕES DA EMPRESA**

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES**

Deverão as entidades/empresas conveniadas com a **Lar Irmão Francisco**, enviarem ao SAAE/RJ, relação das creches mantidas pelas mesmas, com o respectivo endereço em papel timbrado, bem como relação nominal de seus funcionários com endereço e nº da CTPS no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura deste instrumento.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO OBJETIVO**

O presente instrumento normativo se aplica às relações de trabalho existentes ou que venham existir entre a categoria profissional dos auxiliares de administração escolar empregados nas creches comunitárias cuja mantenedora é representada pelo **Lar Irmão Francisco**.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA ABRANGÊNCIA**

Ficam obrigadas ao fiel cumprimento da presente norma coletiva, todas as entidades/empresas parceiras e/ou conveniadas com o **Lar Irmão Francisco**.

## **DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PENALIDADE**

Impõe-se **multa por descumprimento** das obrigações de fazer no importe equivalente a **10%** (dez por cento) do salário do empregado prejudicado e revertendo-se a favor dele.

SUELY SARABANDA VERNIERI LOPES  
PRESIDENTE  
LAR IRMAO FRANCISCO

ELLES CARNEIRO PEREIRA  
PRESIDENTE  
SINDICATO AUX ADM ESCOLAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**ANEXOS**  
**ANEXO I - ATA- ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Anexo (PDF)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.